

## Anexo 1

### RELATÓRIO

#### COBERTURA JORNALÍSTICA DO “CASO FREEPORT”

Unidade de Análise de Media da ERC – Abril de 2010

#### 1. APRESENTAÇÃO

Apresenta-se neste documento uma análise da evolução da cobertura jornalística do designado “caso Freeport” realizada pelos principais blocos informativos da RTP1, SIC e TVI – Telejornal, Jornal da Noite e Jornal Nacional –, desde Janeiro de 2009 a Fevereiro de 2010.

O presente relatório inscreve-se no âmbito do procedimento de averiguações relativamente a denúncias de alegadas interferências dos poderes político e económico na decisão conducente à suspensão do Jornal Nacional de 6ª (JN6).

A análise aqui desenvolvida tem por objectivo descrever a evolução da cobertura jornalística do referido caso, no sentido de complementar a apreciação dos elementos trazidos ao processo.

Este estudo de caso justifica-se apenas pela necessidade de se obter um melhor conhecimento sobre a evolução da cobertura de um caso em concreto para a apreciação de uma das questões controvertidas que emergiram no decurso do processo, não tendo a pretensão de se constituir numa análise de eventuais mudanças editoriais introduzidas pela nova Direcção de Informação da TVI.

#### 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A análise prossegue uma **abordagem comparativa**, integrando, além do Jornal Nacional da TVI, o Telejornal da RTP1 e o Jornal da Noite da SIC. A perspectiva comparativa constitui-se como procedimento adequado para a caracterização da dinâmica da agenda jornalística relativamente ao “caso Freeport” e como forma de identificar semelhanças e/ou dissemelhanças nas opções dos blocos informativos de maior audiência destes três canais generalistas.

A análise compreende o período desde Janeiro de 2009 a Fevereiro de 2010, que coincide com a divulgação das primeiras notícias associando o nome de José Sócrates ao “caso Freeport”, em Janeiro de 2009, até ao final do mês em que foi decidida a realização da presente análise – 1 de Janeiro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

Além desse período mais alargado, a análise focaliza-se num segundo intervalo temporal, delimitado pela ocorrência que desencadeia o procedimento de averiguações – a suspensão do JN6 na primeira semana de Setembro –, ao qual corresponde uma abordagem metodológica particular. O segundo intervalo temporal compreende desde a semana de suspensão do JN6 até ao final do mês de Fevereiro – 1 de Setembro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010.

Esta opção metodológica é determinada pela “fronteira temporal” que representa neste processo a ocorrência da suspensão do JN6, seguida pela demissão dos elementos da Direcção de Informação da TVI e, conseqüentemente, pela nomeação de um nova equipa para assumir a responsabilidade editorial da estação.

A opção por duas abordagens metodológicas, em função desses intervalos temporais, prende-se com o facto de a análise do período após suspensão do JN6 requerer um conhecimento mais detalhado do objecto em estudo.

A selecção das unidades de análise (peças jornalísticas) e codificação das variáveis foram realizadas utilizando como fonte de informação a base de dados disponível no serviço Telenews da Marktest, verificando todos os alinhamentos das edições dos três blocos informativos emitidas durante todo o período considerado em análise.

Apesar de cada intervalo temporal contar com abordagens metodológicas distintas, conforme se expõe nos parágrafos seguintes, integram o *corpus* de análise todas **as peças jornalísticas que apresentam algum vínculo temático com o designado “caso Freeport”, surgindo este como tópico dominante ou como tópico acessório da peça.**

#### **a) Primeiro intervalo temporal – 1 de Janeiro de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010**

Na análise da cobertura jornalística do “caso Freeport” durante este período alargado, pretende-se obter uma perspectiva evolutiva da **intensidade** conferida ao “caso Freeport” pelos três blocos informativos considerados.

A abordagem para este período é exclusivamente quantitativa e considera duas variáveis centrais para determinar a intensidade da cobertura: i) **número de peças emitidas** e ii) **duração das peças emitidas**.

Na medida em que o procedimento de averiguações é focado num programa informativo particular, JN6, cuja marca distintiva consiste na adopção de um modelo diferente dos restantes jornais da estação (cf. Delib.11/Cont-TV/2009), desenvolve-se, complementarmente, uma análise centrada no JN6.

Pretende-se com esta opção dar a conhecer a intensidade conferida ao “caso Freeport” no JN6 em comparação com as edições dos Jornais Nacionais dos restantes dias da semana. Os resultados para este foco da análise consideram apenas o período em que o JN6 se manteve no ar, ou seja, desde Janeiro de 2009 até à data da sua última edição antes de interrupção para férias (10 de Julho de 2009).

#### **b) Segundo intervalo temporal – Setembro de 2009 a Fevereiro de 2010**

O período após a suspensão do JN6, entre Setembro de 2009 e Fevereiro de 2010, é objecto de uma análise individual de todas as peças jornalísticas que apresentaram o “caso Freeport” como tópico dominante ou acessório.

O modelo de análise para este intervalo, pelas razões expostas *supra*, integrou um conjunto de variáveis mais alargado do que o considerado para o período anterior, além do **número de peças emitidas e duração:**

*Para efeitos de identificação formal das unidades de análise – as variáveis i) data de emissão; ii) título/descrição do assunto da peça; iii) hora de início;*

*Para efeitos de caracterização da abordagem jornalística da peça – as variáveis iv) **género jornalístico** – notícia/reportagem, entrevista, comentário...; v) **modalidades de mediatização** – texto de pivô; pivô+peça jornalística; pivô+entrevista...;*

*Para efeitos de caracterização da proeminência editorial – as variáveis vi) **posição no alinhamento** – 1ª parte, 2ª parte; ordem no alinhamento de cada uma das partes (1ª, 2ª, 3ª...); vii) **teaser** – identificação se a peça constitui ou não um *teaser*;*

*Para efeitos de identificação dos protagonistas da acção jornalística – as variáveis viii) **nome do protagonista** retratado na peça e ix) **modo de apresentação do protagonista na narrativa**, considerando duas categorias: *protagonista activo* – quem fala e é apresentado na peça jornalística a intervir directamente na narrativa – e *protagonista passivo* – de quem se fala e não é apresentado a intervir directamente na narrativa;*

*Para efeitos de identificação das fontes de informação – a variável x) **fonte de informação**, com as seguintes categorias: *fonte oficial (comunicado); fonte oficial (declarações exclusivas); fonte oficial (declarações não exclusivas); fonte oficial (outro); fonte não oficial (declarações não exclusivas), fonte não oficial (declarações exclusivas), fonte não oficial (outro), investigação própria, outro meio de informação;**

*Para efeitos de identificação do enfoque temático – a variável xi) **enfoque** aplicada no sentido de distinguir peças jornalísticas em que o “caso Freeport” constitui o *tópico dominante* – por vezes, *exclusivo* – de peças em que surge como *tópico acessório*.*

Além da aplicação destas variáveis, a análise para este intervalo temporal particular é por vezes complementada por uma perspectiva qualitativa, assente essencialmente na descrição de peças jornalísticas tidas como mais relevantes para a compreensão do objecto em estudo. A perspectiva qualitativa privilegia essencialmente a observação de peças jornalísticas emitidas pelo Jornal Nacional da TVI.

### 3. COBERTURA JORNALÍSTICA DO “CASO FREEPORT”

#### 3.1. Breve enquadramento

Enquanto acontecimento mediático, o designado “caso Freeport” pode ser enquadrado na categoria dos “escândalos médiáticos”, no sentido que é dado a este conceito por John B. Thompson no seu estudo sobre a mediatização de escândalos políticos:

*... os escândalos midiáticos são acontecimentos específicos, distintos em certos aspectos dos escândalos localizados que têm lugar nos contextos ordinários da vida cotidiana. Escândalos midiáticos são acontecimentos que se estendem muito além das ações ou transgressões originais que os constituem. Poderíamos descrever esses escândalos como eventos midiáticos, porque eles são eventos que são constituídos pelas formas midiáticas de comunicação. A apresentação através da mídia, e o comentário na mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo: elas são parte constitutiva dele. (2002: 91)*

Para Thompson, os escândalos mediáticos caracterizam-se, regra geral, por implicarem transgressões (reais ou supostas) de primeira e segunda ordem; isto é, à transgressão de valores ou normas é frequente juntarem-se segundas transgressões cometidas na tentativa de encobrir a primeira. São acontecimentos em que a publicidade, revelação e modo de desaprovação ocorrem por via da comunicação mediática, ao contrário do que sucede com os escândalos localizados, os quais resultam de processos de comunicação face a face. Os escândalos mediáticos têm uma base de evidência relativamente longa, embora a sua duração na agenda jornalística seja muito variável em função das próprias particularidades do caso em si, podendo durar semanas, meses ou mesmo anos (Thompson, 2002: 90-102).

“O desenvolvimento temporal de um escândalo mediático – explica Thompson (2002: 102) – é modelado pelos ritmos específicos das organizações da mídia e por outras instituições tais como as instituições jurídicas e políticas, que desempenham um papel central na revelação e interpretação da informação relevante para um escândalo.” Independentemente da duração dos escândalos ser muito variável, acrescenta o autor que “[u]m escândalo mediático prolongado irá ou alcançar um ponto final (uma confissão, uma renúncia, um conseqüente julgamento, o resultado de uma investigação oficial, etc.) ou irá definhando gradualmente, à medida que o interesse público diminui e as organizações de mídia decidirem que ele não merece mais a atenção que tinha uma vez” (2002: 103).

Thompson identifica quatro fases principais que acompanham os escândalos enquanto acontecimentos mediáticos (cf. Thompson, 2002: 103-107). A fase pré-escândalo, que pode envolver a publicação de informação relevante que favoreça a revelação de um escândalo numa fase mais avançada; é uma fase marcada pelo rumor e boato como antecipação do escândalo. A segunda fase corresponde à divulgação pública do escândalo propriamente dito, que pode começar discretamente – uma pequena notícia de jornal –, sendo que o conhecimento público dessa informação se torna suficiente para desencadear uma sequência de acontecimentos em que a história começa a avolumar-se pela intervenção dos diferentes meios de comunicação. A terceira fase é a do clímax, que ocorre quando o escândalo chega ao ponto crítico, em que conduz a um determinado desenlace (confissão, renúncia, instauração de um processo criminal, julgamento, etc.) ou no desaparecimento das alegações contra o(s) envolvido(s) e na conseqüente dissipação do escândalo. Por fim, a fase das conseqüências, que corresponde a um período de reflexão sobre os acontecimentos e suas implicações, após o desenlace do escândalo e já sem a intensidade dramática das restantes fases.

O “caso Freeport” enquadra-se plenamente na categoria de acontecimentos mediáticos estudada por Thompson, mais concretamente na categoria dos “escândalos financeiros da esfera política” (Thompson, 2002: 197-238; Paixão, 2010: 37). Como é sabido, o “caso Freeport” decorre de denúncias de fraude e corrupção no processo de licenciamento do *outlet* de Alcochete, as quais conduziram à abertura de dois inquéritos judiciais, um por parte das autoridades britânicas (*Serious Fraud Office*), outro por parte do Ministério Público.

No decurso da mediatização daquele “caso de justiça”, o acontecimento ganhou uma configuração de “escândalo político” de magnitude extraordinária a partir do momento em que surgiram suspeitas de eventuais ligações de José Sócrates ao processo de licenciamento do Freeport quando desempenhou a função de Ministro do Ambiente.

No plano mediático, essa associação iniciou-se em Janeiro de 2009, com um trabalho jornalístico do semanário Sol, na edição de 10 de Janeiro, na qual se anunciava em manchete que “[I]ngleses apontam o dedo a ministro português” do último governo socialista como suspeito da prática de crimes de corrupção e fraude fiscal. O trabalho jornalístico em questão refere apenas que se trata de um “ministro do governo de Guterres”, ainda sem adiantar qualquer nome em concreto, garantindo, no entanto, que as autoridades judiciais portuguesas já tinham conhecimento oficial de quem se tratava.

Nos jornais televisivos, a primeira notícia sobre o “caso Freeport” explorando a ligação de “um ministro de Guterres” foi apresentada um dia antes da publicação do trabalho do Sol, na edição do JN6 do dia 9 de Janeiro. A peça jornalística em questão constitui, no essencial, a antecipação do conteúdo do trabalho jornalístico realizado por aquele semanário.

O Jornal da Noite da SIC emite a sua primeira peça focando a ligação de um “ex-ministro” ao caso no dia seguinte, relevando a reacção por comunicado da Procuradoria-Geral da República, onde se afirma que as autoridades portuguesas não dispõem de quaisquer indícios juridicamente relevantes que envolvam “um ex-ministro” na investigação do “caso Freeport”.

No Telejornal da RTP1, a primeira referência a José Sócrates associada ao “caso Freeport” ocorreu na abertura da edição de 22 de Janeiro, numa peça jornalística a anunciar que “a Judiciária e o DCIAP efectuaram buscas na casa de um tio de José Sócrates”.

Contudo, a divulgação de que o “ex-ministro do Governo de Guterres” a que se referiam as notícias anteriores era José Sócrates só veio a ocorrer explicitamente no JN6 do dia 23 de Janeiro. Mais uma vez, numa peça jornalística que constituía no essencial uma antecipação de um trabalho jornalístico a ser publicado no dia seguinte pelo semanário Sol.

Tal como sucede noutros acontecimentos desta categoria, as suspeitas de envolvimento do Primeiro-Ministro num caso de suspeitas de fraude e corrupção suscitaram naturalmente uma forte concentração da agenda jornalística em torno de acontecimentos e protagonistas que pudessem ter alguma relação como o “caso Freeport”. É essa evolução da agenda jornalística que se pretende dar a conhecer nos pontos seguintes<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Referências bibliográficas: Thompson, John B. (2002). *O Escândalo Político – Poder e visibilidade na era da mídia*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002; Paixão, Bruno (2010). *O Escândalo Político em Portugal – 1991-1993 e 2002-2004*, Coimbra, MinervaCoimbra.

### 3.2. Análise comparativa – Janeiro de 2009 a Fevereiro de 2010

Nos catorze meses que constituem o período temporal da análise, verifica-se que o Jornal Nacional da TVI foi o serviço noticioso que emitiu mais peças jornalísticas dedicadas ao “caso Freeport” (290), seguido de perto pelo Jornal da Noite da SIC (270). O Telejornal da RTP1 foi o serviço noticioso que emitiu menos peças jornalísticas sobre este caso, embora sem se afastar grandemente dos restantes (237).

Contudo, estes resultados não deixam ainda transparecer as diferenças que se registam entre a intensidade da cobertura nos três blocos informativos. Atendendo à duração das peças jornalísticas em cada um dos jornais analisados, o Jornal Nacional da TVI destaca-se significativamente dos restantes em termos globais, com mais de treze horas dedicadas ao tema (13h20m; 44,5%). O Jornal da Noite da SIC e o Telejornal da RTP1 dedicam a este caso um tempo mais aproximado entre si, embora o serviço noticioso da SIC dedique cerca de mais uma hora ao tema (8h52m; 29,6%) em comparação com o principal jornal da RTP1 (7h44m; 25,8%).

Fig. 1 – Peças Jornalística sobre o “Caso Freeport” emitidas no período entre Janeiro 2009 e Fevereiro 2010

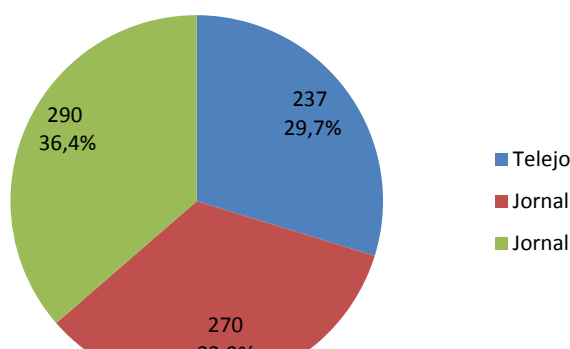
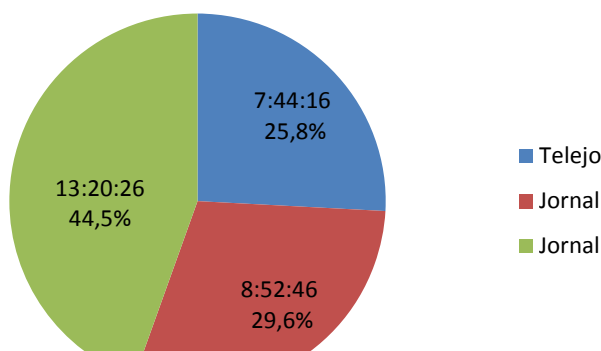


Fig. 2 – Duração de Peças Jornalística sobre o “Caso Freeport” emitidas no período entre Janeiro 2009 e Fevereiro 2010 (hh:mm:ss)



Considerando a evolução da cobertura nos meses compreendidos na análise, verifica-se que a mediatização do “caso Freeport” teve o seu pico máximo em Janeiro de 2009, o que corresponde à fase inicial de divulgação de notícias sobre o envolvimento de José Sócrates em suspeitas de fraude e corrupção ligadas ao processo de licenciamento daquele *outlet*. Este pico de intensidade é comum aos três blocos informativos, embora se destaque em particular o Jornal Nacional da TVI. O mês de Janeiro

corresponde, sem dúvida, ao clímax do caso na agenda jornalística, uma vez que em mais nenhum mês se verifica uma cobertura tão intensa, quer em termos de peças jornalísticas emitidas, quer em duração da cobertura, para os três blocos informativos analisados.

Posto isto, a intensidade da cobertura do “caso Freeport” vai diminuindo progressivamente de mês para mês, embora se mantenha com níveis muito expressivos nos quatro meses seguintes. O decréscimo da atenção mediática conferida ao tema é válido para os três boletins informativos em análise, ocorrendo tanto ao nível do n.º de peças emitidas como da sua duração. Este resultado reflecte um acompanhamento da agenda muito semelhante entre os três serviços noticiosos, embora com variações ao nível da intensidade que o tema acolhe em cada um, sendo que o Jornal Nacional da TVI regista sempre os índices de cobertura mais elevados nos cinco primeiros meses.

De assinalar que em Abril se assiste a um segundo pico de intensidade em todos os serviços noticiosos. Contribuem para esta recuperação dois acontecimentos principais que marcaram a evolução do caso neste mês. Primeiro, as repercussões da divulgação no dia 27 de Março pelo JN6 de um DVD em que Charles Smith, um dos arguidos no processo, refere o envolvimento de José Sócrates em irregularidades no licenciamento do Freeport. Segundo, o outro tópico a concentrar mais atenção por parte dos blocos informativos foi o da divulgação de notícias de alegadas pressões sobre procuradores do Ministério Público encarregues da investigação, por parte de figuras ligadas às hierarquias da área da Justiça.

Depois do mês de Maio, a presença do tema nos três boletins informativos sofre uma quebra de intensidade assinalável. Os três serviços noticiosos baixaram de uma média de cerca de 30 peças emitidas, no mês de Maio, para uma média inferior a dez peças emitidas, no mês de Junho.

Nos meses seguintes, só em Setembro dois dos blocos informativos considerados emitiram mais do que dez peças sobre o tema – Telejornal da RTP1 (12) e Jornal da Noite da SIC (12). A pequena diferença em relação ao Jornal Nacional da TVI (9) deve-se essencialmente à entrada na agenda da própria suspensão do JN6 como mais um tópico controverso na evolução do “caso Freeport”, que foi desenvolvido pelos outros dois blocos informativos.

Fig. 3 – Nº de peças sobre o “Caso Freeport” no período entre Janeiro 2009 e Fevereiro 2010

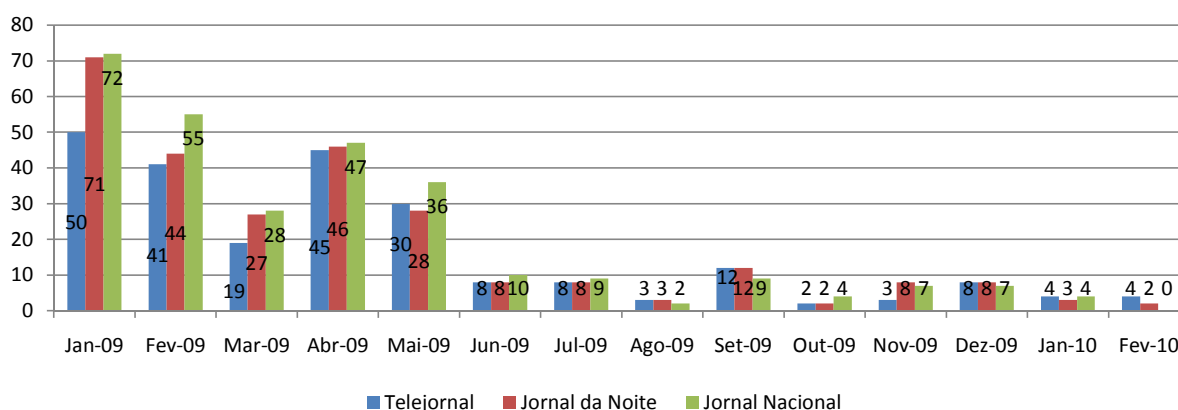
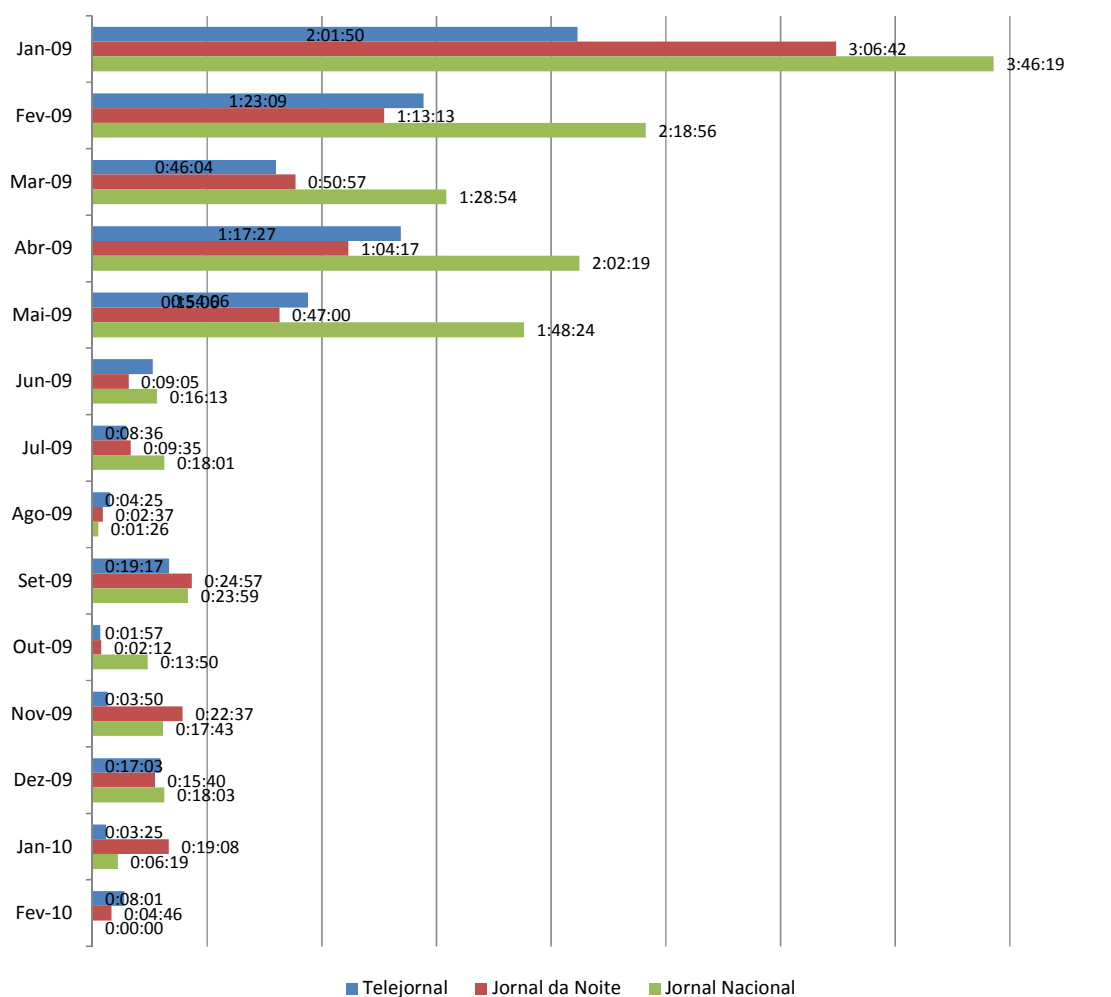


Fig. 4 – Duração das peças sobre o “Caso Freeport” no período entre Janeiro 2009 e Fevereiro 2010 (hh:mm:ss)



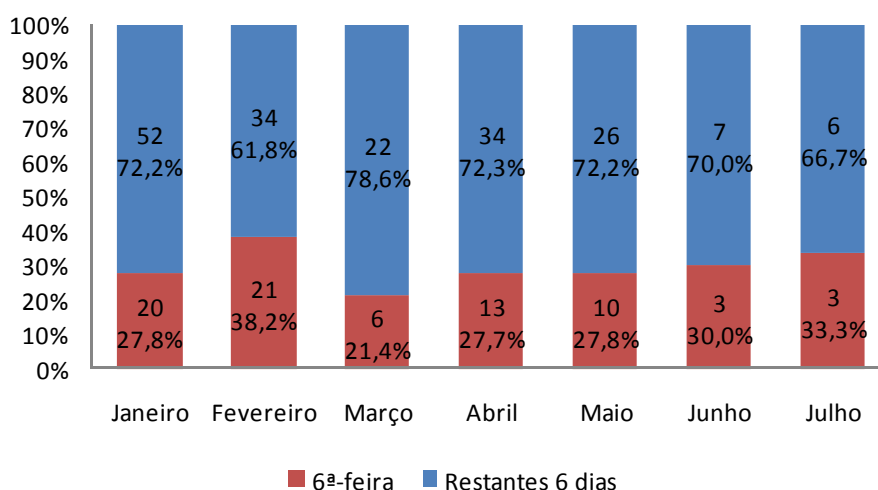
### 3.3. Análise do JN6 - TVI

Apresenta-se neste ponto uma análise individualizada do Jornal Nacional da TVI com o objectivo de apurar eventuais diferenças entre a intensidade de cobertura do “caso Freeport” no JN6 em comparação com as edições dos restantes dias da semana. A análise circunscreve-se ao período de emissão do JN6, desde o dia 1 de Janeiro até ao dia 10 de Julho de 2009, correspondendo à emissão de 259 peças sobre o tema (12h00m32s).

A partir dos dados recolhidos na pesquisa, verifica-se que as sextas-feiras congregam em quase todos os meses cerca de um terço do número de peças dedicadas ao tratamento do “caso Freeport”. As excepções são o mês de Fevereiro, que excede esta proporção (38,2%), e o mês de Março, que apresenta um peso inferior (21,4%). As 76 peças sobre o “caso Freeport” emitidas nos JN6 de Janeiro a Julho representam 29,3% de um total de 259 peças emitidas neste período.

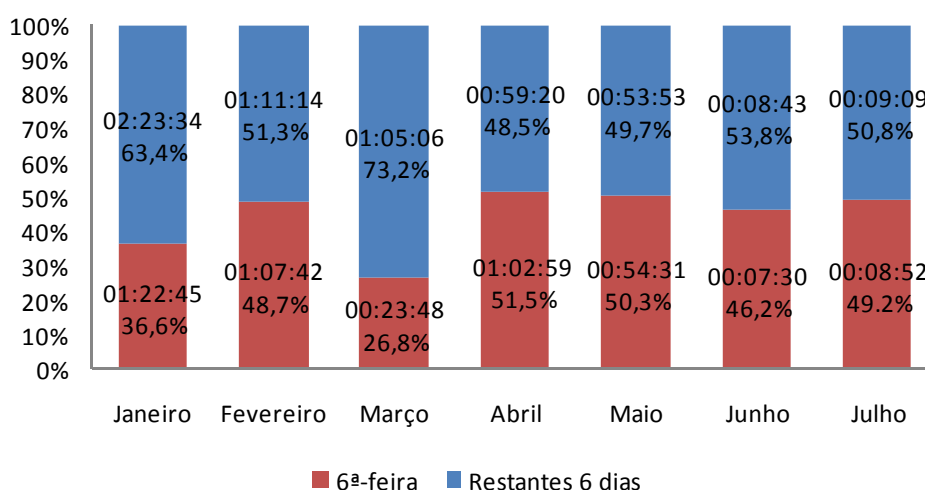


Fig. 5 – Número de peças sobre o “Caso Freeport” no período entre Janeiro e Julho de 2009



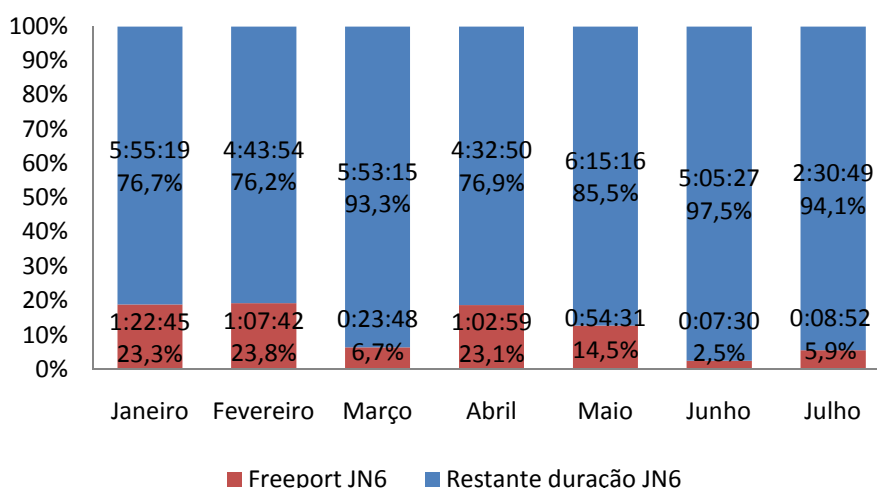
Observa-se que no JN6 o “caso Freeport” assume maior protagonismo em termos de duração do que em número de peças, remetendo para a existência de uma abordagem diferente no caso das sextas-feiras, com recurso a peças jornalísticas mais alargadas. Assim, em Abril e Maio mais de metade do tempo dispensado ao tema ocorre no serviço noticioso de sexta-feira. Muito próximos deste nível de relevância encontram-se os meses de Julho (49,2%) e de Fevereiro (48,7%). Relativamente aos valores totais, as 5h08m07s preenchidas pelo “caso Freeport” no JN6 entre Janeiro e Julho de 2009 correspondem a 42,8% da duração total das peças sobre o tema ocorridas nos referidos meses (12h00m32s).

Fig. 6 – Duração das peças sobre o “Caso Freeport”, no período entre Janeiro e Julho de 2009 (hh:mm:ss)



A duração da cobertura do “caso Freeport” sobre duração total do JN6 representa quase um quarto nos meses de Janeiro (23,3%), Fevereiro (23,8%) e Abril (23,1%). É de salientar a quebra acentuada registada no mês de Março, período no qual o tema ocupa 6,7% do tempo total do JN6. A partir do mês de Maio, denota-se o decréscimo de importância do caso. Em termos globais, no período considerado, o “caso Freeport” representou cerca de 13% (5h08m) do total de tempo ocupado pelas edições do JN6 (40h04m).

Fig. 7 – Duração do “Caso Freeport” sobre o total da duração do JN6 no período entre Janeiro e Julho de 2009

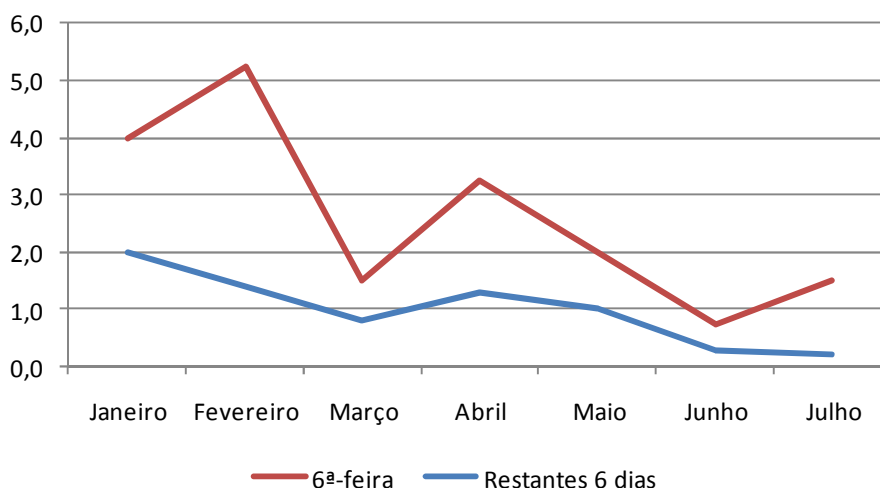


Para ilustrar a importância do volume noticioso do “caso Freeport” nas sextas-feiras face às edições do Jornal Nacional nos restantes seis dias da semana, apresenta-se o número médio diário de peças emitido em cada um destes períodos. De uma leitura geral ressalta o facto de em Janeiro, Fevereiro e Abril existir uma grande prevalência do tema no JN6, relativamente aos restantes dias do mês.

Fevereiro é o mês em que se regista uma maior diferença entre as sextas-feiras e os restantes dias da semana, verificando-se que para uma média diária de uma peça sobre o “caso Freeport” emitida nas edições do Jornal Nacional (entre sábados e quintas-feiras) são emitidas cinco peças no JN6. Março, no entanto, apresenta uma quebra acentuada do tema no JN6, convergindo com a média diária de peças colocadas no ar durante os restantes dias.

Em Maio e Junho, verifica-se uma aproximação entre a média de peças emitidas nas edições de sexta-feira e dos restantes dias da semana. Em Julho foram consideradas apenas as edições dos dias 3 e 10 deste serviço noticioso no cálculo da média diária de peças sobre o tema, devido à interrupção do JN6 para férias. Este facto acaba por se reflectir na média de peças obtida, que corresponde a uma peça e meia por cada edição.

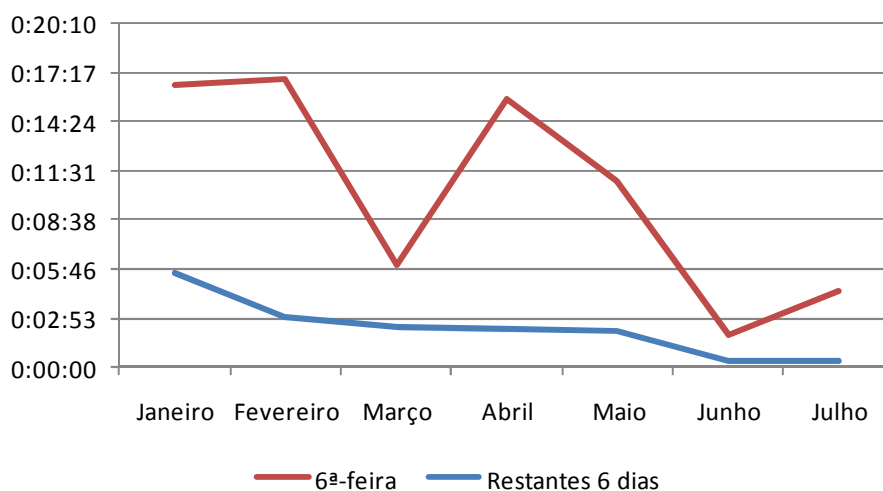
Fig. 8 – Média do número de peças sobre o “Caso Freeport”, no período entre Janeiro e Agosto de 2009



Considerando o número de peças face à duração, torna-se evidente a maior clivagem entre o tratamento do “caso Freeport” no JN6 e nos restantes dias de cada mês. A partir destes dados é possível afirmar que a duração média diária do tema em análise é sempre superior no JN6.

A título de exemplo, refiram-se os meses de Fevereiro e Abril, nos quais a duração do tratamento do “caso Freeport” é oito vezes superior no JN6, em comparação com as edições dos restantes dias. Cabe referir o mês de Março, em que se regista o dobro da prevalência neste serviço noticioso, quer em número de peças, quer em duração.

**Fig. 9 – Média da duração total das peças sobre o “Caso Freeport” no período entre Janeiro e Agosto de 2009**



#### 4. COBERTURA DO “CASO FREEPORT” APÓS SUSPENSÃO DO JN6

O início do mês de Setembro de 2009 ficou marcado pela suspensão do JN6, que já não foi emitido a 4 de Setembro. Pretende-se neste ponto registar o acompanhamento informativo do “caso Freeport” realizado pelo Telejornal da RTP1, Jornal da Noite da SIC e Jornal Nacional da TVI, num período de seis meses após a suspensão do JN6.

##### 4.1. Intensidade

A intensidade da cobertura jornalística do “caso Freeport” nos seis meses após a suspensão do JN6 – Setembro de 2009 a Fevereiro de 2010 – prossegue a tendência de declínio que se verifica a partir do mês de Junho. Note-se que nestes seis meses, tanto o n.º de peças emitidas (99) como a duração (3h42m) representam para o conjunto dos três blocos informativos menos de 13% da cobertura total do tema durante os catorze meses considerados na análise.

No período após a suspensão do JN6, o Jornal da Noite da SIC foi aquele que emitiu maior n.º de peças (35), seguido do Telejornal da RTP1 (33) e do Jornal Nacional da TVI (30). Foi também no Jornal da Noite da SIC que o tema obteve maior duração (01h29m), seguindo-se o Jornal Nacional da TVI (1h16m) e, a maior distância, o Telejornal da RTP1 (00h53m).

De assinalar, como referido *supra*, que é neste período que a própria suspensão do JN6 se transforma num dos tópicos da controvérsia, entrando na agenda dos blocos informativos dos restantes canais. Este dado é importante em particular para o resultado do Jornal da Noite da SIC, no qual a suspensão do JN6 e consequentes repercussões no debate público constituíram o objecto de quatro peças emitidas (cf. Anexo 1 – peças n.ºs 2, 3, 5 e 6), enquanto no Telejornal da RTP1 se identifica apenas a presença de uma peça sobre o assunto (cf. Anexo 1 – peça n.º 3)<sup>2</sup>.

##### 4.2. Modalidades de mediatização e proeminência editorial

De entre as 33 peças jornalísticas exibidas no Telejornal da RTP1, 28 foram-no na primeira parte deste noticiário e 5 na segunda. Considerando a média da ordem em que as peças identificadas surgem no alinhamento do jornal, verifica-se que o tema ocupou a décima posição do alinhamento na primeira parte e a quarta posição no segundo caso. Do conjunto de peças emitidas por este boletim informativo, quatro tiveram destaque sob a forma de *teaser* e duas foram abertura do noticiário.

A principal modalidade de mediatização do “caso Freeport” no Telejornal da RTP1 fez-se pelo recurso à exibição de uma peça jornalística apresentada pelo pivô (63,6%), seguindo-se informação divulgada apenas pelo pivô (33,3%) e por um directo (3,0%). A totalidade das peças inclui-se no género notícia/reportagem.

Uma das peças de abertura do Telejornal é relativa à notícia da suspensão do JN6, juntamente com as reacções dos partidos da oposição parlamentar e do Governo, emitida no dia 3 de Setembro de 2009 (cf. Anexo 1 – peça n.º 3). A segunda peça de abertura, emitida na edição de 16 de Dezembro de 2009,

---

<sup>2</sup> Reitere-se que, no âmbito do presente relatório, foram seleccionadas exclusivamente as peças sobre a suspensão do JN6 em que se estabelecia alguma relação com o “caso Freeport”.

centra-se na demissão de Lopes da Mota do Eurojust, após a sua suspensão decidida pelo Conselho Superior do Ministério Público, juntamente com reacções de representantes de partidos da oposição (cf. Anexo 1 – peça n.º 21).

No caso do Jornal da Noite da SIC, 20 peças foram transmitidas na primeira parte do bloco informativo, em média na sexta posição do alinhamento, e as restantes 15 na segunda parte, em décimo primeiro lugar.

Das 35 peças, 6 tiveram destaque através de *teaser* e duas abriram o Jornal da Noite neste período. As opções de abertura deste boletim informativo relevam os mesmos assuntos destacados em igual posição pelo Telejornal da RTP1: notícia de demissões na TVI como reacção à suspensão do JN6, com declarações de Manuela Moura Guedes, José Eduardo Moniz e Marcelo Rebelo de Sousa, no dia 3 de Setembro de 2009 (cf. Anexo 1 – peça n.º 2); e demissão de Lopes da Mota da presidência do Eurojust após anúncio da sua suspensão decidida pelo Conselho Superior da Magistratura, a 16 de Dezembro de 2009 (cf. Anexo 1 – peça n.º 24).

A modalidade de mediatização mais comum no boletim informativo da SIC foi, tal como sucede no Telejornal, a exibição de peça jornalística apresentada pelo pivô do jornal (71,4%), seguida de notícia apresentada apenas pela voz do pivô (22,9%) e de apresentação através de entrevista conduzida pelo pivô (5,7%).

No respeitante aos géneros jornalísticos utilizados, verifica-se que o Jornal da Noite da SIC realizou duas entrevistas em torno da temática (5,7%) e 33 peças do género notícia/reportagem (94,3%).

Relativamente ao Jornal Nacional da TVI, foram emitidas 30 peças, 25 na primeira parte, em média na oitava posição, e 5 na segunda parte, em média na terceira posição do alinhamento. Durante este período, o “caso Freeport” constituiu cinco peças de abertura do Jornal Nacional sem *teasers*.

Duas das peças de abertura no Jornal Nacional foram emitidas em Setembro. A primeira consiste na divulgação exclusiva de alegadas entregas de dinheiro por parte de arguidos no processo a um primo de Sócrates, emitida na edição da semana em que ocorreu a suspensão do JN6, a 4 de Setembro de 2009 (cf. Anexo 1 – peça n.º 2). A segunda notícia de abertura anuncia que a investigação do caso pelas autoridades inglesas obteve a confirmação de depósitos em várias contas abertas em paraísos fiscais, emitida na edição do dia 8 de Setembro de 2009 (cf. Anexo 1 – peça n.º 4).

Nos três meses seguintes, o “caso Freeport” constituiu peça de abertura em três edições do Jornal Nacional. Na edição do dia 19 de Outubro, a notícia de abertura anunciava que a empresa do Freeport tinha conhecimento de subornos que estariam a ser pagos no processo de licenciamento do *outlet* (cf. Anexo 1 – peça n.º 12).

A 6 de Novembro, foi peça de abertura uma notícia com o anúncio de que um primo de José Sócrates iria ser ouvido pelos investigadores portugueses do processo Freeport (Anexo 1 – peça n.º 14). E, por último, a 16 de Dezembro, a notícia de abertura também dedicada à demissão de Lopes da Mota da presidência do Eurojust (cf. Anexo 1 – peça n.º 22).

A abordagem efectuada pelo Jornal Nacional ao “caso Freeport” privilegiou, tal como os restantes, a conjugação pivô+peça jornalística (83,3%), tendo os restantes 16,7% consistido em informação veiculada exclusivamente pelo pivô. Todas as peças deste boletim informativo correspondem ao género notícia/reportagem.

### 4.3. Protagonistas da acção jornalística

A análise das peças jornalísticas sob a perspectiva dos intervenientes leva a que sejam classificados de acordo com a sua presença efectiva. Assim, podem ser categorizados como *protagonistas activos* – quando são apresentados intervindo através de declarações – ou como *protagonistas passivos* – protagonistas de quem se fala na peça jornalística, mas sem assumirem qualquer intervenção.

Nas peças emitidas pelo Telejornal da RTP1 contabiliza-se um total de 92 ocorrências, 40 das quais enquanto protagonistas activos e 52 na modalidade de protagonistas passivos. O protagonista mais presente nas peças do Telejornal é Lopes da Mota, na qualidade de presidente do Eurojust (13). Deste total, onze verificam-se enquanto protagonista passivo e dois como protagonista activo. Estes valores correspondem a 5,6% do total de protagonistas activos e 5,0% da totalidade dos segundos.

O Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, ocupa com José Sócrates a segunda posição no total de presenças no Telejornal (8). A presença do primeiro reparte-se igualmente entre o papel activo e passivo, correspondendo a 10,0% no primeiro caso e 2,0% no segundo, considerando o total de actores de cada uma das categorias. José Sócrates surge apenas como protagonista passivo, sem, portanto, assumir qualquer intervenção directa nas peças sobre a temática em apreço – 4,0% desta categoria.

O Jornal da Noite da SIC regista um total de 112 protagonistas, de entre os quais 39 surgem enquanto protagonistas activos e 73 como passivos. A figura mais destacada é José Sócrates com 16 presenças, quatro delas em discurso directo e 12 como protagonista passivo. Estes valores correspondem a 10,3% do total de protagonistas activos e 5,7% do total dos protagonistas passivos.

De seguida, surge Lopes da Mota, com 10 ocorrências: uma delas enquanto interveniente directo (2,6% da categoria) e nove na qualidade de actor passivo (4,3%). Por último, Pinto Monteiro está presente em oito peças, duas delas em discurso directo (5,1%) e as restantes seis correspondendo apenas a referências de terceiros (2,9%).

No Jornal Nacional, por seu turno, não sobressai nenhum protagonista em particular no total de 118 actores, entre 36 activos e 82 passivos. Verifica-se que existe um actor social com oito presenças (Lopes da Mota) e três outros actores com sete presenças – José Sócrates, Pinto Monteiro e Charles Smith. Quatro outros actores contam cinco presenças – Cândida Almeida, Vítor Magalhães, Paes de Faria e Magalhães e Silva.

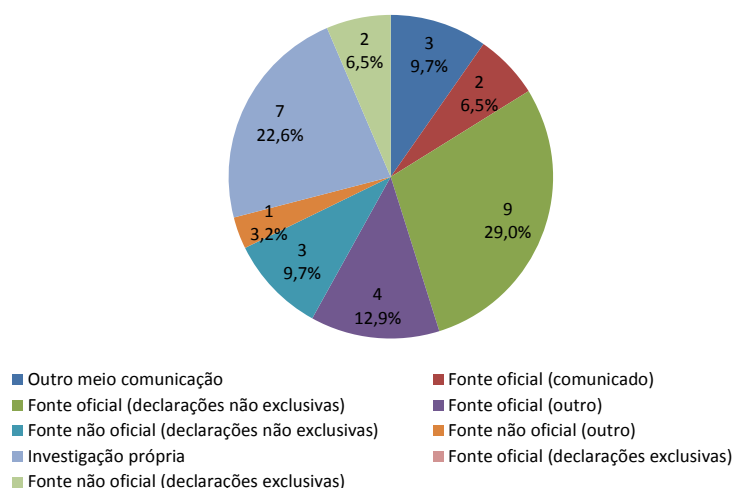
José Sócrates é protagonista activo em duas situações (5,6%) – através da exibição de imagens de arquivo com reacções públicas de José Sócrates sobre o “caso Freeport” – e passivo em cinco (6,1%). Lopes da Mota e Charles Smith intervêm directamente numa ocasião cada correspondendo a 2,8% do total dos protagonistas activos. Lopes da Mota é referido sete vezes (8,5%) e Charles Smith seis vezes (7,3%). Magalhães e Silva, advogado de Lopes da Mota, é o que mais vezes intervêm em discurso directo (4; 11,1%). Lopes da Mota é, por seu lado, o protagonista passivo com maior número de referências.

Três figuras ligadas ao DCIAP (Departamento Central de Investigação e Acção Penal) marcam presença em cinco peças. A procuradora-adjunta e directora do DCIAP Cândida Almeida é a única protagonista activa, com duas presenças nesta categoria (5,6%), sendo referida outras três vezes (3,7%). Os procuradores responsáveis pela investigação do “caso Freeport”, Vítor Magalhães e Paes de Faria, contam cinco presenças como actores passivos, representando cada um 6,1% da totalidade dos protagonistas passivos na TVI.

#### 4.4. Fontes utilizadas

Centrando a análise nas fontes de informação mais utilizadas pelos três blocos informativos na cobertura do “caso Freeport”, verifica-se que as peças jornalísticas do Telejornal da RTP1 e do Jornal Nacional da TVI se baseiam sobretudo em declarações não exclusivas de fontes oficiais, com 24,2% e 22,6%, respectivamente. No Jornal da Noite da SIC destaca-se, por outro lado, a utilização de outros meios de comunicação como fonte de origem das peças emitidas (28,6%).

Fig. 10 – Fontes de informação presentes no Jornal Nacional (TVI)



Um dos dados mais salientes desta análise consiste no facto de o Jornal Nacional ser, no período considerado, o único boletim informativo a apresentar informação procedente de investigação própria (22,6%), totalizando sete peças nessas condições.

Duas das peças do Jornal Nacional resultantes de investigação própria foram exibidas na edição do dia 4 de Setembro, ou seja, na semana em que ocorreu a suspensão do JN6. As duas peças constituíram a abertura do jornal. A primeira anunciava entregas de dinheiro a “outro primo de José Sócrates” no decurso do processo de licenciamento do Freeport, as quais se encontrariam referidas em *emails* trocados entre dois dos arguidos do processo que confirmaram directamente à TVI essa informação.

De seguida, na mesma edição, é divulgada uma peça baseada também em investigação própria da TVI, na qual se anuncia que os investigadores do “caso Freeport” não deixaram de investigar eventuais ligações do PS ao processo de licenciamento do Freeport, ao contrário do anunciado pela procuradora Cândida Almeida em comunicado, referindo em particular que o secretário nacional adjunto do PS, André Figueiredo, foi ouvido em Junho de 2009.

A 8 de Outubro de 2009, foi divulgada no Jornal Nacional uma peça resultante de investigação própria que dava conta do facto de dois procuradores do “caso Freeport” terem sido constituídos arguidos por um dia, na sequência de acusações de parcialidade por parte de um dos arguidos no processo (Carlos Guerra). O desenvolvimento desta notícia prossegue na edição do Jornal Nacional do dia seguinte, a 9 de Outubro, relevando o facto de José Alberto Varela Martins, alegadamente próximo de figuras do PS, ter sido nomeado o procurador desse processo.

A abrir a edição de 19 de Outubro do Jornal Nacional, foi apresentada uma peça jornalística com investigação da TVI baseada na divulgação de dois documentos referentes a trocas de correspondência entre administradores do Freeport, os quais, segundo se afirma na reportagem, comprovam que a empresa tinha conhecimento das dificuldades de aprovação do plano de impacto ambiental para o *outlet* de Alcochete, bem como do recurso a “subornos”.

No dia 29 de Outubro, o Jornal Nacional apresentou uma peça jornalística baseada numa breve entrevista com Fernando Lopes, emigrante português em França admitido como assistente no processo, que foi ouvido nesse dia pelo procurador Paes de Faria. O empresário garantiu que não deixará que as suspeitas sejam arquivadas sem irem a tribunal.

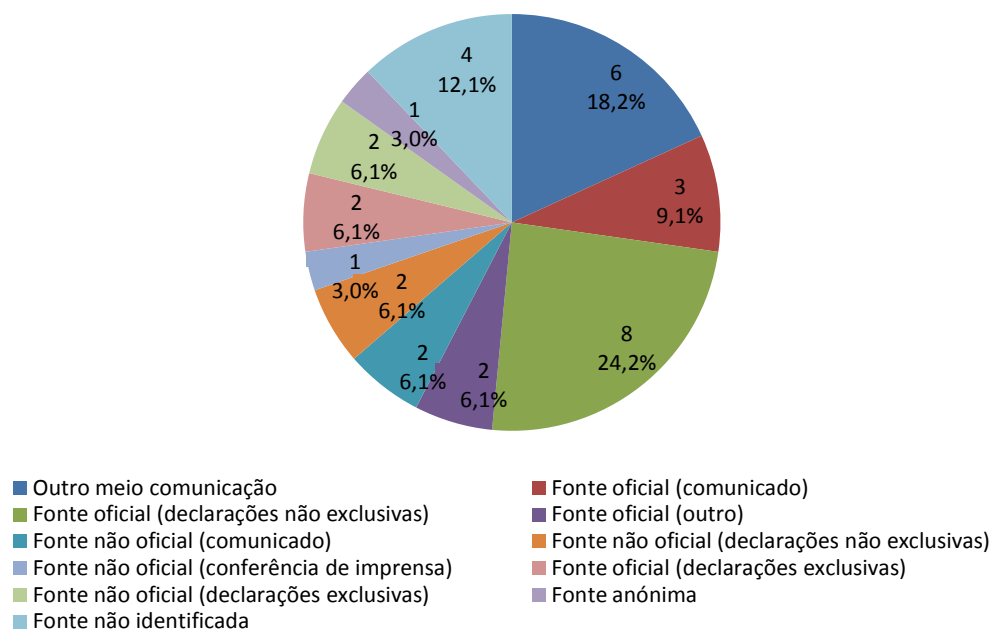
Na edição de 6 de Novembro, foram divulgadas duas peças de investigação própria na abertura do Jornal Nacional. A primeira constitui um novo desenvolvimento da notícia divulgada na edição do dia 04 de Setembro, a qual anunciava o envolvimento de “outro primo” de José Sócrates como intermediário para entregas de dinheiro durante o processo de licenciamento do Freeport. Avança como dado novo que José Paulo Bernardo Pinto de Sousa, primo de José Sócrates, foi notificado pela Procuradoria e vai ser ouvido pelos investigadores do processo. A 9 de Novembro de 2009, o Jornal Nacional divulgou um novo desenvolvimento desta notícia, numa peça não exclusiva dando conta que José Paulo Bernardo Pinto de Sousa foi nesse dia ouvido no DCIAP com o estatuto de testemunha.

A segunda peça de investigação exclusiva na edição de 6 de Novembro é baseada em documentos trocados entre a empresa de dois arguidos do processo (Smith & Pedro) e um escritório de advogados, com base nos quais a TVI sustenta que existiu uma negociação prévia entre as duas partes com vista a obter a aprovação condicionada do projecto de impacto ambiental do Freeport por parte do então secretário de Estado do Ambiente Rui Gonçalves.

A partir dessa edição não é identificada a emissão de outras peças de investigação própria no Jornal Nacional. O arquivamento do caso por parte das autoridades britânicas foi divulgado a 13 de Novembro.



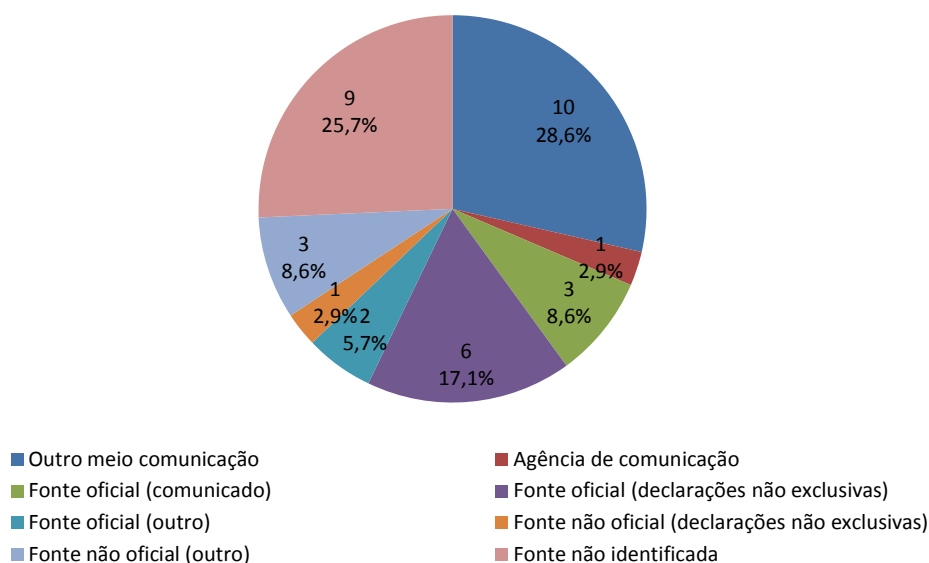
Fig. 11 – Fontes de informação presentes no Telejornal (RTP1)



O Telejornal da RTP1 apresenta peças com origem em declarações exclusivas de fontes oficiais e de fontes não oficiais, ambas representando 6,1% do total de peças emitidas. No Telejornal da RTP1 é referida apenas uma fonte anónima como proveniência da informação. Em 12,1% das peças jornalísticas não é perceptível a fonte de origem.

No Jornal da Noite da SIC, a categoria “fonte não identificada” representa mais de um quarto das situações referenciadas.

Fig. 12 – Fontes de informação presentes no Jornal da Noite (SIC)



Em todos os boletins informativos prevalecem as fontes oficiais como principal origem das notícias. Este dado é mais relevante no Telejornal da RTP1 e no Jornal Nacional da TVI, nos quais representam perto de metade das peças emitidas (respectivamente, 45,5% e 48,4%), enquanto no Jornal da Noite da SIC essa percentagem é de cerca de um terço das peças exibidas (31,4%).

#### 4.5. Enfoque temático

Por enfoque entende-se o tópico dominante tratado nas diferentes peças emitidas no período referido. Da análise resulta, como referido *supra*, que nem sempre é abordado um só tópico, existindo por regra um tópico dominante, que pode ser exclusivo, e outros tópicos acessórios. Decorre deste facto a necessidade de proceder a uma categorização múltipla, conforme adiante se verifica.

O “caso Freeport” constitui o tópico dominante (exclusivo) na maioria das peças emitidas pelos três blocos informativos que abordam este tema. Destaca-se, nesta variável, o Jornal Nacional da TVI, em que o “caso Freeport” constitui o tópico dominante (exclusivo) de 66,7% das peças identificadas para análise. A RTP1 e a SIC equivalem-se, com ligeira prevalência para a primeira, respectivamente 54,5% e 54,3%.

O segundo enfoque temático mais frequente resulta de uma associação ao “caso Freeport” do tópico das alegadas pressões sobre os procuradores do Ministério Público encarregues da investigação deste processo. O acompanhamento do processo disciplinar sobre Lopes da Mota, presidente do Eurojust, que acabou por conduzir à sua demissão, constitui o enfoque de 36,4% das peças emitidas pelo Telejornal da RTP1 enquadráveis na cobertura do “caso Freeport”.

No Jornal Nacional da TVI e Jornal da Noite da SIC, a associação entre o “caso Freeport” e o processo disciplinar a Lopes da Mota ultrapassa um quinto das peças abrangidas, representando 23,3% das peças identificadas na primeira e 22,9% na segunda.

O “caso Freeport” é ainda referido em peças em que a “corrupção” constitui o tópico dominante, surgindo associado, enquanto tópico acessório, a outros casos mediáticos, como “o caso Face Oculta” e o “caso BPN”. No primeiro caso, surge em duas peças por cada serviço noticioso, já no “caso BPN” a ligação é apenas referida uma vez no Jornal Nacional.

O Telejornal da RTP1 e Jornal da Noite da SIC focam o “caso Freeport” também associado, enquanto tópico acessório, a peças jornalísticas que apresentam a suspensão do JN6 como tema dominante. Este facto verifica-se uma vez no Telejornal da RTP1 e quatro vezes em peças do Jornal da Noite da SIC.

## 5. Considerações finais

A cobertura jornalística do “caso Freeport” denota um padrão comum a outros acontecimentos identificados como “escândalos mediáticos” no que respeita à sua evolução na agenda jornalística (cf. Thompson, 2002; Paixão, 2010). A associação de uma dada personalidade política a um processo de suspeitas de ilegalidades, que, muitas vezes, começa a emergir publicamente de forma pouco explícita ou ambígua, como foi o caso, ganha uma intensidade mediática extraordinária a partir do momento em que ocorre a divulgação pública efectiva dos envolvidos e das suspeitas que recaem sobre eles.

Depois de uma primeira fase de intensa cobertura jornalística, o tema, quando não se conheça um desenlace breve, tende a manter-se na agenda ao sabor de novos elementos, sendo que no caso em questão, se destacam sobretudo as repercussões resultantes das investigações judiciais. Inicia-se a partir daí um período que pode ser longo, no qual a intensidade da cobertura tende a decair progressivamente, com o “caso” a regressar pontualmente à agenda jornalística. Dificilmente volta a ganhar um grau de atenção mediática como aquele a que por regra se assiste no início da divulgação pública, excepto quando se verifica uma nova situação de “clímax”, com um desenlace final, o que se encontra também directamente dependente do próprio tipo de desenlace.

A cobertura do “caso Freeport”, a partir do momento em que surgem suspeitas de um eventual envolvimento de José Sócrates, vai ao encontro desse padrão, como se pode verificar pelo “clímax” que atinge na fase em que são divulgados vários acontecimentos a sugerir um alegado envolvimento do Primeiro-Ministro, em Janeiro de 2009, assistindo-se posteriormente a um declínio progressivo da intensidade mediática em torno do caso. Embora com um novo pico de intensidade no mês de Abril, a tendência foi para uma redução progressiva da cobertura do “caso Freeport”. A seguir ao mês de Maio, assiste-se a um declínio significativo da intensidade do tema, passando a partir daí a ganhar uma presença pontual na agenda jornalística. Esta curva evolutiva é, no essencial, muito semelhante nos três blocos informativos considerados na análise.

Em termos comparativos, fica patente que o Jornal Nacional da TVI, embora prossiga a mesma dinâmica evolutiva, se destaca como o bloco informativo que dedica mais peças jornalísticas e tempo ao “caso Freeport”, sobretudo no primeiro semestre de 2009. Os resultados apurados revelam um investimento especial no seguimento jornalístico do caso por parte da TVI. De realçar, também, o papel assumido por este bloco informativo na fase inicial, designadamente através da antecipação de trabalhos jornalísticos do jornal Sol, como sucede, por exemplo, na edição do JN6 do dia 9 de Janeiro de 2009.

Contudo, o relevo conferido pela TVI ao “caso Freeport” não é transversal a todas as edições do Jornal Nacional. Destaca-se a influência do JN6 nesse resultado, tornando-se claramente evidente na análise que este programa informativo da TVI dedicou uma atenção particular ao tema, com uma concentração

extraordinária de peças jornalísticas, em comparação com as edições do Jornal Nacional emitidas nos restantes dias da semana.

Após a suspensão do JN6, assiste-se à continuação de uma tendência que se vinha registando desde finais de Maio de 2009, mês a partir do qual o “caso Freeport” passou a ter uma presença pontual nas agendas dos três boletins informativos. De assinalar o facto de a própria suspensão do JN6 ter-se constituído num tópico da controvérsia, marcando assim a própria evolução da agenda jornalística em torno da mediatização do caso.

Na análise desse período, importa assinalar que o Jornal Nacional foi dos três boletins informativos aquele que continuou a marcar mais a agenda jornalística, em resultado da divulgação pontual de peças jornalísticas de investigação própria, as quais abriram novos desenvolvimentos sobre o caso explorados posteriormente por outros blocos informativos. Note-se, por exemplo, a repercussão na agenda jornalística da divulgação de documentos a indiciar o conhecimento por parte da empresa Freeport da alegada existência de subornos no licenciamento do *outlet* de Alcochete.

Unidade de Análise de Média

Abril de 2010

Anexo 1

**PEÇAS JORNALÍSTICAS SOBRE CASO “FREEPORT” EMITIDAS ENTRE OS MESES DE SETEMBRO DE 2009 E FEVEREIRO DE 2010**

(Corpus de Análise – Intervalo temporal após suspensão JN6)

Telejornal (RTP1)		
N.º peça	Data	Descrição
1	02.09.2009	Lopes da Mota (Eurojust) foi questionado no Parlamento Europeu sobre o “caso Freeport”.
2	02.09.2009	Pinto Monteiro (PGR) afirma estar farto do “caso Freeport”.
3	03.09.2009	TVI suspende Jornal Nacional de 6ª feira de Manuela Moura Guedes e a oposição já reagiu. As declarações de Aguiar Branco (PSD), Paulo Portas (CDS-PP), Helena Pinto (BE), Jorge Cordeiro (PCP) e Augusto Santos Silva.
4	03.09.2009	Carlos Guerra (ex. ICN) arguido do “caso Freeport” vai entregar um pedido de afastamento dos Procuradores que investigam o caso.
5	04.09.2009	Processo Freport: Arguido Freeport pede afastamento de procurador do processo. Declarações de Tiago Caiado Guerreiro (advogado), Paulo Pinto de Albuquerque (Prof. Universitário).
6	05.09.2009	“Caso Freeport”: Polícia Judiciária diz que carta anónima que implica outro primo de José Sócrates não tem fundamento.
7	07.09.2009	Pinto Monteiro diz que o pedido de afastamento de juízes do “caso Freeport” segue o destino normal.
8	11.09.2009	O Conselho Superior do Ministério Público decide hoje o pedido de afastamento do procurador que está a conduzir o processo disciplinar contra Lopes da Mota.
9	12.09.2009	“Caso Freeport”: Investigadores portugueses regressaram a Londres para diligências.
10	12.09.2009	Lopes da Mota: A defesa acha que o Conselho teme que o processo-disciplinar instaurado a Lopes da Mota seja tornado público.
11	21.09.2009	Zeferino Boal (ex. autarca de Alcochete) constitui-se assistente no “caso Freeport”.
12	24.09.2009	O DCIAP não vai afastar os dois procuradores que investigam o “caso Freeport”.
13	10.10.2009	“Caso Freeport”: O Procurador-Geral da República garante que a nomeação de Varela Martins foi feita de acordo com as regras.
14	15.10.2009	Pinto Monteiro (PGR) gostava de ver todo o processo Freeport na Internet.
15	07.11.2009	Marcelo Rebelo de Sousa considera que o caso Face Oculta será mais desgastante para o Governo do que o “caso Freeport”.

16	09.11.2009	O primo de José Sócrates prestou hoje declarações no DCIAP sobre o "caso Freeport".
17	13.11.2009	Inglêses arquivaram: Investigação Freeport encerrada por falta de provas.
18	10.12.2009	Lopes da Mota (Eurojust) poderá ser suspenso das suas funções de magistrado do Ministério Público por 240 dias.
19	11.12.2009	O juiz Lopes da Mota (Pres. Eurojust) diz aguardar serenamente a decisão do Conselho Superior do Ministério Público, que na 4ª feira poderá arquivar o processo disciplinar que envolve o Presidente do Eurojust ou impor uma sanção. Declarações de João Palma (Sind. Magistrados Minis. Público).
20	11.12.2009	O juiz Lopes da Mota (Pres. Eurojust) diz aguardar serenamente a decisão do Conselho Superior do Ministério Público, que na 4ª feira poderá arquivar o processo disciplinar que envolve o Presidente do Eurojust ou impor uma sanção. Reacções de Aguiar Branco (PSD), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), António Filipe (PCP), Helena Pinto (BE) e Francisco Assis (PS).
21	16.12.2009	Demissão de Lopes da Mota de Eurojust depois da decisão do Conselho Superior do Ministério Público ter votado favoravelmente a sua suspensão. As reacções de Aguiar Branco (PSD), António Filipe (PCP), José Manuel Pureza (BE) e Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP).
22	16.12.2009	Advogado de Lopes da Mota afirma que vai recorrer da decisão do Conselho Superior do Ministério Público pois o seu cliente foi um "bode expiatório".
23	16.02.2010	Cândida Almeida (DCIAP) admite que a investigação do "caso Freeport" não está a decorrer no tempo previsto pois faltam elementos a enviar pela polícia britânica.
24	17.12.2009	Alberto Martins aceitou de imediato a demissão de Lopes da Mota (Eurojust).
25	17.12.2009	O PCP acusa o Governo de falta de transparência nas políticas públicas. As declarações de Bernardino Soares (PCP), António Filipe (PCP), Pedro Duarte (PSD) e a resposta de Jorge Lacão.
26	31.12.2009	João Manuel da Silva Miguel é o sucessor de Lopes da Mota no Eurojust.
27	09.01.2010	"Caso Freeport": Primo de José Sócrates assegurou aos investigadores que o Primeiro-Ministro o autorizou a dizer que são primos para conseguir um contrato com o <i>outlet</i> .
28	20.01.2010	A procuradora Cândida Almeida deverá manter-se na direcção do DCIAP.
29	22.01.2010	Cândida Almeida vai continuar à frente do DCIAP por mais três anos. Declarações de João Palma (Sind. Magistrados do Min. Público).
30	25.01.2010	Eurojust: Lopes da Mota apresentou o recurso da suspensão de 30 dias que lhe foi aplicada.
31	19.02.2010	O Conselho Superior do Ministério Público indeferiu hoje a reclamação do ex-presidente do Eurojust, Lopes da Mota, que pretendia ver revista a suspensão que lhe foi aplicada.
32	26.02.2010	José António Saraiva, o director do semanário Sol, disse esta sexta-feira no Parlamento que existe "um encobrimento do poder político pelo poder judicial" e que as escutas provam plano para controlar os média.

33	26.02.2010	Procuradora-geral Adjunta aponta Abril para concluir investigação do “caso Freeport”. Declarações de Cândida Almeida e Carlos Anjos (ASFIC).
----	------------	--

Jornal da Noite (SIC)		
N.º peça	Data	Descrição
1	02.09.2009	O eurodeputado Nuno Melo conseguiu esta tarde irritar o Procurador Lopes da Mota no Parlamento Europeu, que compareceu por causa do Eurojust mas acabou por ter de falar do “caso Freeport”.
2	03.09.2009	Demissões inesperadas na TVI: Direcção de informação e chefes de redacção abandonam lugares. Declarações de Manuela Moura Guedes, José Eduardo Moniz e Marcelo Rebelo de Sousa.
3	04.09.2009	Demissões na TVI: Prisa nega interferência editorial na Estação de Queluz.
4	04.09.2009	“Caso Freeport”: Semanário Sol revela que há outro primo de José Sócrates sob investigação. Arguido do processo pediu o afastamento de magistrados encarregues da investigação.
5	04.09.2009	Demissões na TVI: Relações entre política e comunicação social geram situações complexas. Governo travou negócio de aquisição de 30% da Media Capital por parte da PT. José Sócrates criticou comunicação social no congresso do PS.
6	05.09.2009	Jornalista da TVI24 substituiu ontem à noite Manuela Moura Guedes à frente do Jornal Nacional. Grupo Prisa tem dívida acumulada de 5 mil milhões de euros.
7	05.09.2009	“Caso Freeport”: Pedro Silva Pereira só vai ser ouvido como testemunha depois das eleições. PJ diz que carta anónima que implica outro primo de Sócrates não tem fundamento.
8	07.09.2009	Pedro Silva Pereira já não confirma ter sido convocado para testemunho do processo Freeport.
9	08.09.2009	No “caso Freeport”, o Correio da Manhã diz que foram encontradas várias contas abertas em paraísos fiscais britânicos.
10	11.09.2009	A Procuradoria Geral da República confirmou que os investigadores responsáveis pelo processo Freeport encontram-se em Londres a desenvolver diligências no âmbito desta investigação.
11	21.09.2009	“Caso Freeport”: Ex-autarca de Alcochete Zeferino Boal foi constituído assistente no processo.
12	25.09.2009	“Caso Freeport”: Cândida Almeida não afasta os dois procuradores titulares do processo.
13	19.10.2009	“Caso Freeport”: Documento revelado pela TVI volta a ter o nome de José Sócrates.
14	20.10.2009	“Caso Freeport”: Correspondência entre administradores ingleses refere a existência de subornos.

15	03.11.2009	Operação Furacão: Dividida em 10 processos, já estão a ser feitos arquivamentos mas faltam acusações. Os casos Portucale, CTT, BPN, Freeport, Submarinos.
16	03.11.2009	Corrupção em Portugal: Casos chegam à Justiça e parecem arrastar-se indefinidamente. Entrevista, em estúdio, a Marinho Pinto (Bastonário Ordem Advogados).
17	07.11.2009	Marcelo Rebelo de Sousa considera que o caso Face Oculta será mais desgastante para o Governo do que o “caso Freeport”.
18	07.11.2009	“Caso Freeport”: Primo de José Sócrates está em Portugal desde a semana passada e vai ser ouvido pela Polícia Judiciária.
19	09.11.2009	O primo de José Sócrates foi ouvido, esta segunda-feira, no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), no âmbito do “caso Freeport”.
20	13.11.2009	Inglaterra arquiva “caso Freeport”: Autoridades britânicas arquivaram processo que decorria em Londres. Declarações de Cândida Almeida (Procuradora Geral Adjunta).
21	18.11.2009	“Caso Freeport”: Charles Smith esteve no DCIAP para consultar documentos apreendidos.
22	20.11.2009	Publicidade com política: Sábado concluiu que publicidade caiu nos média que publicam polémicas de José Sócrates. Director do Sol, José António Saraiva, diz que recebeu chamada para não publicar notícia do Freeport. Declarações de Luís Campos Ferreira (PSD), Pedro Mota Soares (CDS/PP), Francisco Louçã (BE).
23	11.12.2009	O Procurador Lopes da Mota pode ser suspenso por causa de alegadas pressões no “caso Freeport”. Oposição pede no Parlamento substituição do Eurojust. Declarações de Filipe Lobo De Ávila (CDS/PP), Aguiar Branco (PSD), Helena Pinto (BE), António Filipe (PCP), Francisco Assis (PS).
24	16.12.2009	“Caso Freeport”: Lopes da Mota demite-se do Eurojust depois do anúncio da sua suspensão.
25	16.12.2009	“Caso Freeport”: Lopes da Mota demite-se do Eurojust depois do anúncio da sua suspensão. Entrevista, em directo, a Manuel Magalhães e Silva (advogado).
26	16.12.2009	“Caso Freeport”: Lopes da Mota demite-se do Eurojust depois do anúncio da sua suspensão. Comentários de Filipe Lobo Ávila (CDS), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP).
27	17.12.2009	Face Oculta: Pinto Monteiro (Procurador-geral da República) garante que já tem todos os dados para decidir se torna ou não públicos os despachos relativos às escutas telefónicas.
28	17.12.2009	Alberto Martins (Ministro da Justiça) considera que este caso não afecta a imagem de Portugal.
29	17.12.2009	PCP exige explicações sobre alegadas pressões que Lopes da Mota terá exercido no “caso Freeport”. Declarações de António Filipe (PCP), Bernardino Soares (PCP) e Jorge Lacão (Ministro Assuntos Parlamentares).
30	31.12.2009	João Manuel da Silva Miguel foi o escolhido para substituir Lopes da Mota no Eurojust.



31	01.01.2010	Revista do ano: Processos judiciais, um gesto que custou o lugar a um ministro e três eleições que alteraram o cenário político em Portugal
32	08.01.2010	Primo de José Sócrates foi interrogado hoje no DIAP no âmbito do “caso Freeport”.
33	09.01.2010	“Caso Freeport”: Primo de Sócrates diz que usou o nome do Primeiro Ministro com a sua autorização.
34	26.02.2010	Liberdade de expressão: director do semanário Sol falou em convivência e encobrimento entre política e justiça. Declarações de José António Saraiva, director semanário Sol.
35	26.02.2010	“Caso Freeport”: Investigação deverá ficar concluída em Abril e José Sócrates não é arguido. Declarações de Cândida Almeida, directora do DCIAP; Carlos Anjos, Sind. Func. Investig. Criminal PJ

Jornal Nacional (TVI)		
N.º peça	Data	Descrição
1	02.09.2009	Lopes da Mota (Eurojust) mantém-se à frente do Eurojust mas hoje foi confrontado por Nuno Melo (CDS-PP) por causa do “caso Freeport”.
2	04.09.2009	Processo Freeport: 2 arguidos falam em entregas de dinheiro a um outro primo de José Sócrates
3	04.09.2009	Processo Freeport: Secretário Nacional Adjunto do PS foi interrogado pelos investigadores.
4	08.09.2009	As investigações inglesas ao “caso Freeport” confirmam depósitos em várias contas abertas em paraísos fiscais.
5	12.09.2009	Pressões secretas: Ministério Público chumba divulgação do processo; Lopes da Mota recorre aos tribunais contra Conselho Superior do Ministério Público.
6	12.09.2009	“Caso Freeport”: Investigadores portugueses regressaram a Londres para diligências. Confirmação de Cândida Almeida (Directora DCIAP).
7	21.09.2009	Zeferino Boal (ex. autarca de Alcochete) foi constituído assistente do processo Freeport.
8	22.09.2009	Advogado do Presidente do Eurojust revela que o Ministro da Justiça falou sobre os Procuradores do “caso Freeport” com Lopes da Mota (Eurojust)
9	24.09.2009	Os dois procuradores do “caso Freeport” vão continuar neste processo, Carlos Guerra tinha pedido o seu afastamento alegando falta de isenção.

10	08.10.2009	Dois procuradores do “caso Freeport” foram constituídos arguidos por um dia por acusações de Carlos Guerra (ex. ICN).
11	09.10.2009	“Caso Freeport”: Procuradoria de Lisboa garante escolha aleatória de magistrado polémico.
12	19.10.2009	Fax do “caso Freeport” revela que a empresa sabia de subornos que estavam a ser pagos e que estava preocupada com a saída de José Sócrates do Ministério do Ambiente.
13	29.10.2009	Emigrante português admitido como assistente no “caso Freeport” não deixará que as suspeitas sobre José Sócrates sejam arquivadas.
14	06.11.2009	Os investigadores do processo Freeport vão ouvir o primo de José Sócrates.
15	06.11.2009	“Caso Freeport”: TVI revela documentos de negócio de 4 milhões de libras. Sociedade de advogados garantiu poder alterar decisão do Governo.
16	07.11.2009	Marcelo Rebelo de Sousa considera que o caso Face Oculta será mais desgastante para o Governo do que o “caso Freeport”.
17	09.11.2009	O primo de José Sócrates foi hoje ouvido no DCIAP no âmbito do “caso Freeport”.
18	13.11.2009	O “caso Freeport” foi oficialmente arquivado em Inglaterra.
19	13.11.2009	Nomeação: adjunto de José Sócrates, implicado no caso de Freeport, nomeado para Anacom.
20	26.11.2009	A ERC vai abrir processo de averiguação as alegadas interferências do Governo a órgãos de comunicação social.
21	10.12.2009	Lopes da Mota (Eurojust) pode ser suspenso pelo Ministério Público que considera provada a sua tentativa de influência no “caso Freeport”.
22	16.12.2009	Lopes da Mota demitiu-se da presidência do Eurojust após anúncio da sua suspensão por alegadas pressões sobre os magistrados do “caso Freeport”. A reacção de Aguiar Branco (PSD), Filipe Lobo de Ávila (CDS-PP), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP).
23	17.12.2009	Cavaco Silva recebeu hoje Pinto Monteiro (Procurador Geral da República) onde foi feito um balanço aos processos da justiça.
24	17.12.2009	O PCP coloca em causa a transparência das políticas públicas com o apoio da Oposição, o caso de Lopes da Mota foi um dos temas. As declarações de António Filipe (PCP), Hélder Amaral (CDS-PP), Helena Pinto (BE) e a resposta de Jorge Lacão.
25	22.12.2009	Pinto Monteiro (Procurador Geral da República) vai divulgar se estarão disponíveis mais escutas do caso Face Oculta e informou que já foi enviado o nome para substituir Lopes da Mota no Eurojust.

26	30.12.2009	Revista 2009: ano político com 3 eleições que colocaram os partidos meio ano nas estradas.
27	31.12.2009	João Manuel da Silva Miguel é o substituto de Lopes da Mota para o Eurojust.
28	08.01.2010	“Caso Freeport”: Primo de Sócrates diz que está tudo esclarecido.
29	09.01.2010	Primo de José Sócrates, Hugo Monteiro, garantiu aos investigadores do “caso Freeport” que estava autorizado pelo Primeiro-Ministro a usar a sua relação de parentesco para conseguir um contrato com o Freeport.
30	14.01.2010	“Caso Freeport”: Director Adjunto do Sol confirma a pressão por parte do Governo.
31	22.01.2010	Cândida de Almeida reconduzida à frente do DCIAP, estrutura do Ministério Público.

Anexo 2

**PROTAGONISTAS ACTIVOS E PASSIVOS DAS PEÇAS JORNALÍSTICAS SOBRE O CASO “FREEPORT” EMITIDAS ENTRE OS MESES DE SETEMBRO DE 2009 E FEVEREIRO DE 2010**

(Corpus de Análise – 2º intervalo temporal)

Telejornal (RTP1)		
Protagonistas Activos	n	%
Aguiar Branco (PSD)	3	7,5%
Alberto Martins (Min. Justiça)	1	2,5%
António Filipe (PCP)	3	7,5%
Bernardino Soares (PCP)	1	2,5%
Cândida Almeida (DCIAP)	2	5,0%
Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP)	2	5,0%
João Palma (Sind. Magistrados do Min. Público)	3	7,5%
José António Saraiva (director Sol)	1	2,5%
Lopes da Mota (Eurojust)	2	5,0%
Manuel Magalhães e Silva (advogado de Lopes da Mota)	4	10,0%
Marcelo Rebelo de Sousa	1	2,5%
Nuno Melo (CDS-PP)	1	2,5%
Pinto Monteiro (PGR)	4	10,0%
Tiago Caiado Guerreiro (advogado)	1	2,5%
Carlos Anjos (ASFIC)	1	2,5%
Jorge Lacão (Min. Assuntos Parlamentares)	1	2,5%
José Manuel Pureza (BE)	1	2,5%
Paulo Pinto de Albuquerque (Prof. universitário)	1	2,5%
Paulo Portas (CDS-PP)	1	2,5%
Helena Pinto (BE)	2	5,0%
Jorge Cordeiro (PCP)	1	2,5%
Pedro Duarte (PSD)	1	2,5%
Augusto Santos Silva (PS)	1	2,5%
Francisco Assis (PS)	1	2,5%
Total	40	100,0%

Telejornal (RTP1)		
Protagonistas Passivos	n	%
Cândida Almeida (DCIAP)	3	5,8%
Charles Smith (Smith&Pedro/arguido)	1	1,9%
Hugo Monteiro (primo de José Sócrates/testemunha no processo)	1	1,9%
José Sócrates	8	15,4%
Lopes da Mota (Eurojust)	11	21,2%
Manuela Moura Guedes	1	1,9%
Pedro Silva Pereira (Min. Presidência)	1	1,9%
Pinto Monteiro (PGR)	4	7,7%
Zeferino Boal (ex-autarca de Alcochete/assistente no processo Freeport)	1	1,9%
Alberto Costa (ex-Min. Justiça)	1	1,9%

Armando Vara	1	1,9%
Carlos Guerra (ex-Pres. ICN/arguido)	5	9,6%
PJ	1	1,9%
João Manuel da Silva Miguel (substituto Lopes da Mota)	1	1,9%
José Paulo Pinto de Sousa (primo de José Sócrates)	3	5,8%
Varela Martins (procurador)	1	1,9%
Vítor Magalhães (procurador)	2	3,8%
Luís Figo (apoiantes José Sócrates)	1	1,9%
Paes de Faria (procurador)	2	3,8%
Vítor Santos Silva (procurador)	1	1,9%
Pres. Supremo Tribunal Justiça	1	1,9%
Procuradoria Geral República	1	1,9%
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100,0%</b>

<b>Jornal Nacional (TVI)</b>		
<b>Protagonistas Activos</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Aguiar Branco (PSD)	1	2,8%
António Filipe (PCP)	2	5,6%
Cândida Almeida (DCIAP)	2	5,6%
Charles Smith (Smith&Pedro/arguido)	1	2,8%
Fernando Lopes (assistente processo)	1	2,8%
Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP)	1	2,8%
José António Lima (dir. adjunto Sol)	1	2,8%
José Sócrates	2	5,6%
Lopes da Mota (Eurojust)	1	2,8%
Manuel Magalhães e Silva (advogado de Lopes da Mota)	4	11,1%
Marcelo Rebelo de Sousa	1	2,8%
Nuno Melo (CDS-PP)	1	2,8%
Paulo Rangel (PSD)	1	2,8%
Pinto Monteiro (PGR)	3	8,3%
Zeferino Boal (ex-autarca de Alcochete/assistente no processo Freeport)	1	2,8%
Cavaco Silva	1	2,8%
Jorge Lacão (Min. Assuntos Parlamentares)	1	2,8%
José Manuel Fernandes (ex-director Público)	1	2,8%
José Manuel Pureza (BE)	1	2,8%
José Maria Martins (advogado)	1	2,8%
Hélder Amaral (CDS-PP)	1	2,8%
Helena Pinto (BE)	1	2,8%
Júlio Monteiro (tio de José Sócrates)	1	2,8%
António Pinto de Sousa (tio de José Sócrates)	1	2,8%
Carina Oliveira (PSD)	1	2,8%
Francisco Louçã (BE)	1	2,8%
Teixeira dos Santos	1	2,8%
Maria José Nogueira Pinto (PSD)	1	2,8%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0%</b>

Jornal da Noite (SIC)		
Protagonistas Passivos	n	%
Cândida Almeida (DCIAP)	1	1,4%
Charles Smith (Smith&Pedro/arguido)	5	6,8%
Hugo Monteiro (primo de José Sócrates/testemunha no processo)	1	1,4%
José António Saraiva (director Sol)	1	1,4%
José Sócrates	12	16,4%
Lopes da Mota (Eurojust)	9	12,3%
Manuela Moura Guedes	2	2,7%
Pedro Silva Pereira (Min. Presidência)	1	1,4%
Pinto Monteiro (PGR)	6	8,2%
Zeferino Boal (ex-autarca de Alcochete/assistente no processo Freeport)	1	1,4%
Cavaco Silva	1	1,4%
Júlio Monteiro (tio de José Sócrates)	1	1,4%
Alberto Costa (ex-Min. Justiça)	1	1,4%
Armando Vara	5	6,8%
Carlos Guerra (ex-Pres. ICN/arguido)	4	5,5%
João Manuel da Silva Miguel (substituto Lopes da Mota)	1	1,4%
José Luis Zapatero	2	2,7%
José Paulo Pinto de Sousa (primo de José Sócrates)	5	6,8%
Keith Payne	1	1,4%
Mário Ramires (Sol)	1	1,4%
Vítor Magalhães (procurador)	3	4,1%
Bernardo Bairrão (director-geral interino TVI)	1	1,4%
Paes de Faria (procurador)	3	4,1%
Dick Datani	1	1,4%
João Cabral (ex-funcionário Smith&Pedro)	1	1,4%
Manuel Pedro (Smith&Pedro)	2	2,7%
Marques Vidal (procurador)	1	1,4%
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>100,0%</b>

Jornal Nacional (TVI)		
Protagonistas Activos	n	%
Aguiar Branco (PSD)	1	2,9%
António Filipe (PCP)	2	5,7%
Cândida Almeida (DCIAP)	2	5,7%
Charles Smith (Smith&Pedro/arguido)	1	2,9%
Fernando Lopes (assistente processo)	1	2,9%
Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP)	1	2,9%
José António Lima (dir. adjunto Sol)	1	2,9%
José Sócrates	2	5,7%
Lopes da Mota (Eurojust)	1	2,9%
Manuel Magalhães e Silva (advogado de Lopes da Mota)	3	8,6%
Marcelo Rebelo de Sousa	1	2,9%

Nuno Melo (CDS-PP)	1	2,9%
Paulo Rangel (PSD)	1	2,9%
Pinto Monteiro (PGR)	3	8,6%
Zeferino Boal (ex-autarca de Alcochete/assistente no processo Freeport)	1	2,9%
Cavaco Silva	1	2,9%
Jorge Lacão (Min. Assuntos Parlamentares)	1	2,9%
José Manuel Fernandes (ex-director Público)	1	2,9%
José Manuel Pureza (BE)	1	2,9%
José Maria Martins (advogado)	1	2,9%
Hélder Amaral (CDS-PP)	1	2,9%
Helena Pinto (BE)	1	2,9%
Júlio Monteiro (tio de José Sócrates)	1	2,9%
António Pinto de Sousa (tio de José Sócrates)	1	2,9%
Carina Oliveira (PSD)	1	2,9%
Francisco Louçã (BE)	1	2,9%
Teixeira dos Santos	1	2,9%
Maria José Nogueira Pinto (PSD)	1	2,9%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0%</b>

<b>Jornal Nacional (TVI)</b>		
<b>Protagonistas Passivos</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Alberto Martins (Min. Justiça)	1	1,2%
Cândida Almeida (DCIAP)	3	3,7%
Charles Smith (Smith&Pedro/arguido)	6	7,4%
Hugo Monteiro (primo de José Sócrates/testemunha no processo)	2	2,5%
José António Saraiva (director Sol)	2	2,5%
José Sócrates	5	6,2%
Lopes da Mota (Eurojust)	6	7,4%
Manuel Magalhães e Silva (advogado de Lopes da Mota)	1	1,2%
Pedro Silva Pereira (Min. Presidência)	1	1,2%
Pinto Monteiro (PGR)	4	4,9%
Cavaco Silva	1	1,2%
Júlio Monteiro (tio de José Sócrates)	1	1,2%
Alberto Costa (ex-Min. Justiça)	1	1,2%
Autoridades britânicas (Serious Fraud Office)	2	2,5%
Carlos Guerra (ex-Pres. ICN/arguido)	4	4,9%
ERC	1	1,2%
Escritório advogados Antunes, Marques, Oliveira, Ramos, Gandarez	1	1,2%
Filipe Baptista (nomeado admin. ANACOM/ex-Sec. Estado Adjunto)	1	1,2%
PJ	2	2,5%
João Manuel da Silva Miguel (substituto Lopes da Mota)	1	1,2%
José Paulo Pinto de Sousa (primo de José Sócrates)	3	3,7%
Keith Payne	1	1,2%
Mário Ramires (Sol)	1	1,2%
Varela Martins (procurador)	2	2,5%

Vítor Magalhães (procurador)	5	6,2%
Inspector Ministério Público	1	1,2%
Paes de Faria (procurador)	5	6,2%
Dick Datani	2	2,5%
André Figueiredo (Sec. Nacional Adjunto PS)	1	1,2%
Johnathan Rawnsley	1	1,2%
Manuel Pedro (Smith&Pedro)	3	3,7%
Ministro Obras Públicas	1	1,2%
Alexandre Oliveira (advogado)	1	1,2%
Capinha Lopes (arquitecto Freeport)	1	1,2%
Francisca Van Dunem	2	2,5%
Gary Russel (Freeport)	2	2,5%
Luís Amado (Min. Negócios Estrangeiros)	1	1,2%
Rui Gonçalves (Sec. Estado Ambiente)	1	1,2%
Albertino Antunes (advogado)	1	1,2%
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100,0%</b>



